

1. A RESTRIÇÃO EXTERNA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Antonio Delfim Netto e Akihiro Ikeda

Capítulo 1 de Bresser-Pereira, L.Carlos, org. (2010),
Doença Holandesa e Indústria, Rio de Janeiro: Editora
FGV: 23-38.

O robusto crescimento econômico de um país no regime de economia de mercado depende de sua capacidade de participar no comércio internacional. Este amplia a demanda interna, possibilita a absorção de nova tecnologia e aumenta a produtividade. Uma das mais importantes contribuições do estudo da Economia foi mostrar que o comércio internacional pode proporcionar ganhos mais sutis do que esses que são observáveis a olho nu. A teoria das vantagens comparativas prova que, em determinadas condições, mesmo um país cuja produtividade em todos os setores é inferior à de outro pode beneficiar-se da troca especializando-se na produção daqueles que usam melhor o recurso mais abundante. As conseqüências do comércio não se esgotam na maior eficiência produtiva: transmitem-se para a distribuição de renda dentro de cada um deles.

Do ponto de vista das exportações abre-se a possibilidade de aproveitar as economias de escala que frequentemente acompanham o processo produtivo, permitindo a escolha de plantas cujo volume de produção seja ótimo do ponto de vista econômico, mas superior à demanda do mercado interno. O mercado externo é complemento essencial para reduzir o custo unitário de produção que em condições isonômicas com a de outros países (taxa de câmbio real, taxa de juros real, carga tributária efetiva) torna o produto nacional competitivo. É um fato empiricamente comprovado que as empresas exportadoras tendem a ser mais inovadoras, têm maior produtividade, pagam salários mais altos e introduzem novas tecnologias que se transmitem para o mercado interno acelerando o desenvolvimento econômico.

As importações constituem, por outro lado, um dos fatores mais importantes para o aumento da produtividade interna e para a criação de novas oportunidades de investimentos. Elas não são apenas o veículo portador de bens que não se produzem internamente pela falta de conhecimento, de tecnologia ou pelo tamanho do mercado, mas a própria construção de novos espaços que serão, depois, cobertos pela expansão da produção interna.

A P. Thirlwall é, talvez, o economista que mais insistiu na análise da relação entre crescimento econômico e equilíbrio do balanço de pagamentos. A sua tese é que a escassez de recursos externos constitui a principal restrição ao crescimento. O desempenho do setor externo condicionaria, portanto, a taxa de expansão do produto real. Embora os fatores que impulsionam a oferta não possam e não devam ser ignorados, o ponto central é que a escassez de divisas limita a expansão da demanda agregada e impede a plena utilização dos fatores disponíveis. Ela complementa a teoria que dá ênfase apenas à oferta, pela incorporação da mão de obra, do capital físico e humano e do progresso tecnológico na função de produção e limita, assim, o crescimento ao produto “potencial”, duvidosamente calculado. Neste falta o “fator” mais escasso e mais importante da organização produtiva: o empresário. Não venham dizer, por favor, que ele está escondido na “produtividade total dos fatores”¹.

Para Thirlwall a expansão das exportações é a única fonte segura de recursos externos que sustenta o equilíbrio do balanço de pagamentos no longo prazo e, portanto, exerce um papel fundamental no processo de crescimento. No longo prazo, os efeitos das relações de troca naquele equilíbrio costumam ser negligíveis. O modelo foi inicialmente desenvolvido para analisar as diferenças de crescimento entre países e posteriormente aplicado aos próprios países. A relação de Thirlwall tem uma versão simples e mais conhecida. Quando o equilíbrio externo já existe, ela pode ser expressa por:

$$\hat{y} = \frac{\hat{x}}{e}$$

¹. De acordo com a teoria corrente, a “poupança” que nos faltava era a causa do déficit em conta corrente e o fator limitante do crescimento do “produto potencial”. Agora a poupança misteriosamente aparecida a partir de 2003 financia o superávit e anda à cata de novos investimentos, o que coloca um interessante problema que mereceria a atenção dos que defenderam tal tese durante os últimos 20 anos.

onde (\hat{y}) é a taxa de crescimento de longo prazo do produto compatível com a continuação do equilíbrio comercial, com a taxa de expansão das exportações (\hat{x}) e com a elasticidade-renda por importações (e) .

A formulação acima não é uma teoria do crescimento. Nela o aumento das exportações não deve ser interpretado como “causa” da expansão do produto: constitui apenas o fator que pode sustentar o crescimento prolongado sem deteriorar as contas externas. A relação não tem nada a ver com as quatro “teorias” que disputam a preferência dos economistas:

1. a exportação é causa do desenvolvimento (o famoso ELG, “export-led growth”);
2. o desenvolvimento é causa da exportação (GLE, “growth-led export”);
3. exportações e desenvolvimento causam-se simultaneamente (BC, ou seja, existe uma bi-causalidade);
4. não há relação entre exportação e desenvolvimento (NC, não há causalidade).

Nos últimos cinquenta anos os econométricos têm exercitado toda a sua engenhosidade e utilizado os mais modernos métodos para tentar rejeitá-las, com sucesso mais do que duvidoso. Como de costume, dependendo do método (“cross countries” ou “séries de tempo”) e da sofisticação do instrumento, chega-se a uma ambigüidade diferente, nunca a uma conclusão definitiva. A razão disso é simples: que método ou instrumento seria capaz de esclarecer quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? O fato é que, aparentemente, não há na história econômica mundial nenhum registro de caso de desenvolvimento intenso e sustentável em regime de mercado sem uma expansão concomitante e importante das exportações. E, por outro lado, nenhum caso de crescimento robusto das exportações sem ser acompanhado por um crescimento também notável do PIB.

A regra de Thirlwall (que pode ser muito sofisticada) mostra, no fundo, apenas a limitação que decorre da relação entre crescimento e exportação: sem um comportamento adequado das exportações o desenvolvimento robusto será sempre abortado, quer pela acumulação de dívida externa que acaba não financiável, quer pela necessidade de restringir as importações portadoras de bens de capital e tecnologia, o que impede o crescimento da produtividade da economia. Ela é útil porque é uma simples relação aritmética que sugere, se o objetivo é evitar os

constrangimentos externos no longo-prazo, como deve crescer a exportação (em termos físicos) para suportar um dado crescimento do PIB (em termos físicos), condicionada à tecnologia do sistema produtivo e às preferências dos consumidores incorporadas na elasticidade-renda das importações.

De fato ela sugere um pouco mais do que isso para a formulação de uma estratégia de crescimento que não seja abortada pela restrição externa:

1. que se deve dar absoluta prioridade à expansão das exportações sem dificultar as importações, porque o comércio intra-indústria, que é dominante nos produtos industrializados, exige uma logística eficiente, e
2. que se deve dar ênfase à elevação da competitividade dos produtos que possuem elevada elasticidade com relação ao PIB mundial, não apenas àqueles que já tem, mas também àqueles que podem vir a ter, vantagens comparativas construídas.

No passado predominou na América Latina a tese da Cepal que os países atrasados, exportadores de alimentos e matérias primas, teriam muita dificuldade para ampliar as suas exportações em virtude da baixa elasticidade-renda desses produtos no mercado mundial. Além disso, a história mostrava que os preços de tais produtos são sujeitos a constantes e agudas flutuações. Como não era possível diversificar suas pautas de exportação, tais países estavam fadados, inexoravelmente, a crises do balanço de pagamentos, cada vez que tentassem acelerar o crescimento uma vez que este implica, necessariamente, em maior demanda de importações. O único caminho para contornar esta dificuldade seria, portanto, a substituição de importações, que é a forma de reduzir a elasticidade-renda. O diagnóstico sobre a elasticidade-renda e as flutuações de preços estava correto, mas quanto às dificuldades de diversificar a pauta para expandir as exportações estava equivocado. Aliás, a própria política de substituição de importações conspira contra a política de aumento e diversificação das exportações, pois é um fato óbvio que um imposto sobre as importações (é esse o efeito da política de substituição) é um imposto sobre as exportações, uma vez que tende a valorizar a taxa de cambio. Em outras palavras num regime de “substituição de importações”, os estímulos às exportações têm um custo social adicional. A maioria dos países que tiveram sucesso em seu desenvolvimento sem criar desequilíbrio externo realizou ampla política de estímulo às exportações sem restringir (a não ser em momentos dramáticos produzidos por choques aleatórios) as importações. É uma evidencia histórica e lógica: só exporta quem importa. Nenhum país pode apenas exportar

acumulando reservas indefinidamente; nenhum país pode só importar, porque não terá crédito indefinidamente.

O CASO BRASILEIRO

Não é possível negar que o Brasil ao tentar a substituição de importações no pós-guerra teve sucesso no médio prazo. Enquanto ela durou, a taxa de crescimento do produto real suplantou, com boa margem, o crescimento mundial. É inegável, também, que se produziram algumas sérias distorções alocativas que acabaram desaguando numa forte crise do balanço de pagamentos e na aceleração da inflação por volta de 1963. Até então a nossa receita de divisas dependia fortemente do valor da exportação do café que no período 1956-1960, fase mais aguda da substituição de importações, representava 60% do total. Com uma demanda mundial do produto inelástica, a capacidade de importar do Brasil crescia lentamente e era sujeita às grandes flutuações dos seus preços. Após as reformas iniciadas em 1964 ocorreu um forte estímulo à produção e à ampliação do mercado interno, tornadas sustentáveis pela disponibilidade de divisas provenientes do aumento das exportações. O mundo estava crescendo e o Brasil pôde engatar a sua economia à prosperidade geral, fato que constituiu um apoio preciso à política de desenvolvimento. A tabela nº 1 resume o crescimento do PIB real e do quantum de exportações de 1955 a 2006, em médias de cada período mencionado. Percebe-se nitidamente: 1º) o modesto crescimento das exportações e a forte expansão do produto (1955-65), resultado dos estímulos à substituição de importações; 2º) o desempenho vigoroso do PIB e das exportações na década seguinte (1965-75) com redução das restrições às importações e, suplantando amplamente o do mundo; 3º) as conseqüências dos choques do petróleo e dos juros (1975-85) que reduziram as taxas de expansão do PIB e das exportações mundiais, bem como do PIB brasileiro, mas não das nossas exportações; 4º) os resultados das tentativas de debelar as altas taxas de inflação (bem sucedida a partir de 1994) e, os resultados da baixa prioridade dada pela política econômica ao crescimento e às exportações (1985-2002).

Tabela 1: Brasil e Mundo:

Quantum de Exportação e PIB (% aa)

	1955-65	1965-75	1975-85	1985-02	2002-06
Exportações					
Brasil	1,5	9,4	8,1	5,2	11,7
Mundo	9,0*	7,0	4,0	5,6	6,9**
PIB					
Brasil	10,4	10,4	9,4	2,4	3,4
Mundo	4,8	4,8	3,5	2,6	3,3**
Diferença Brasil e Mundo					
Exportação	-7,5	2,4	4,1	-0,4	4,8
PIB	5,6	5,6	5,9	-0,2	0,1

** 2002-05

Elaboração: Idéias Consultoria

A situação só mudou a partir de 2003, menos pelas virtudes da nossa política econômica e mais pela vigorosa expansão da economia mundial com o aparecimento de novos parceiros (China, Índia etc) apoiados em programas de expansão rápida das suas exportações. Aquelas mesmas políticas que abandonamos a partir de 1985 cedendo o espaço externo para nossos competidores com uma política cambial desastrosa e uma política comercial míope.

O bom desempenho das exportações brasileiras nas duas décadas (1965-75 e 1975-85) apesar das turbulências internacionais provocadas pelas crises de petróleo e da elevação dos juros que neste segundo decênio fez desabar as exportações mundiais, foi devido à política de acelerada diversificação da nossa pauta em que os produtos manufaturados ampliaram rapidamente a sua participação. O Brasil sempre teve vantagens comparativas na agropecuária e nos minerais. No caso dos manufaturados elas foram sendo aprimoradas e mesmo construídas ao longo do tempo através de mecanismos que estimularam a eficiência produtiva.

Em 1967 projetou-se uma política econômica para reduzir a forte dependência do país da exportação do café: criou-se um sistema de “crawling peg” que garantia uma taxa de câmbio real competitiva e pouco volátil para os exportadores; expandiu-se o crédito à exportação e se reduziram as tarifas de importação; isentou-se efetivamente as exportações da tributação interna; formulou-se um programa crível de estímulo às exportações industriais disputando a localização de multinacionais que começavam a globalizar sua produção², e finalmente acomodou-se o setor cafeeiro com um sistema de “quotas de exportação”. A tabela nº 2 mostra a participação crescente dos manufaturados, que passou de 7,7% em 1965 para 55,5% em 1985. Nos anos seguintes houve uma estagnação, mantendo a sua participação em torno de 55%, como revela a tabela nº 2.

Tabela 2: Participação dos Manufaturados na Exportação Total

Média do período	Participação (%)
1964-66	7,7
1974-76	28,1
1984-86	55,5
1994-96	55,9
2004-06	54,8

Fonte: Secex
Elaboração: Idéias Consultoria

Apenas para dar um exemplo muito discutido, o notável avanço das exportações brasileiras de materiais de transporte que à primeira vista pode parecer algo surpreendente, tem uma explicação simples: construiu-se nos anos 70, com incentivos adequados, a necessária competitividade para esse setor, que apresentava à época possibilidades enormes no mercado mundial. Dado o passo inicial, o fluxo tendeu a aumentar. São apresentadas na tabela nº 3 as estatísticas da fase inicial desse processo.

² Para ter uma leve idéia do custo da miopia que levou ao abandono desse projeto, basta lembrar que hoje o comércio intra-indústria EUA-Japão, EUA-China e Japão-China é mais de 50% do total em alguns setores. O comércio das multinacionais representa 2/3 e entre elas mesmas, quase 1/4, do total do comércio mundial dos produtos industrializados

Tabela 3: Exportações de Material de Transporte

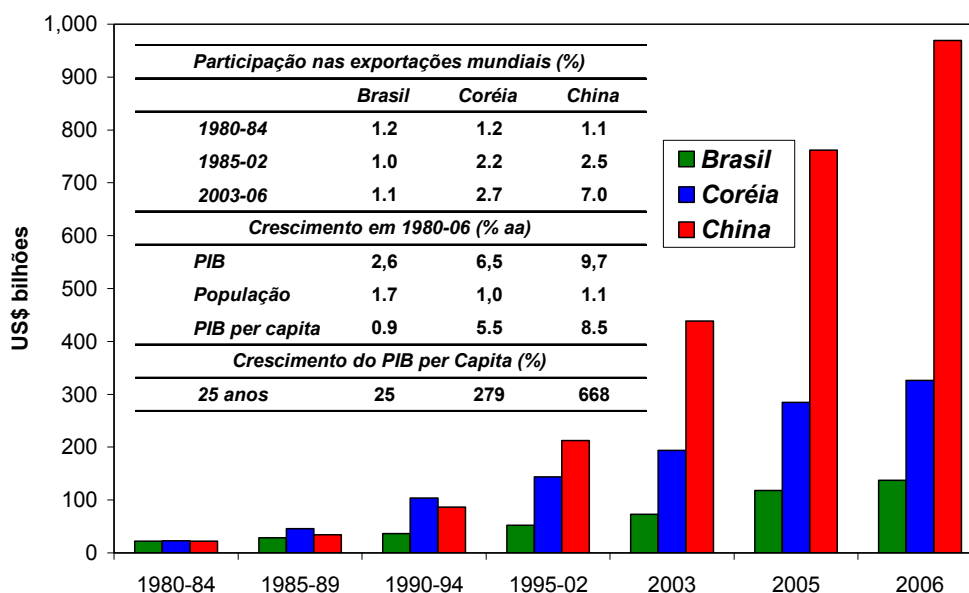
	<i>US\$ milhões</i>
1972	77
1973	91
1974	191
1975	322
1976	380
1977	503

Fonte: IBGE
Elaboração: Idéias Consultoria

Este programa sofreu duras críticas dos mesmos publicistas e economistas que haviam ridicularizado a “megalomania do presidente Juscelino” de instalar uma indústria automobilística no Brasil, idéia apenas ligeiramente mais maluca do que construir Brasília. Ainda agora, com mais ideologia do que ciência, condenam “o grande erro” que criou essa enorme dor de cabeça chamada São Bernardo e, pasmem, de bônus, o presidente Lula... O contra-factual metafísico é que sem a enorme proteção da indústria, seus atuais 1,5 milhões de trabalhadores (menos de 3% da força de trabalho) estariam ganhando menos, mas empregados em “atividades socialmente mais rentáveis” no campo ou nas minas e que teriam incorporado mais e melhor tecnologia à produção nacional do que aquela indústria... Além do mais, 2,7 milhões de felizes cidadãos estariam comprando 2,7 milhões de carros importados muito mais baratos (em torno de 10.000 dólares) com o módico dispêndio de 27 bilhões de dólares. A felicidade, pois, seria geral uma vez que os “protegidos” nunca teriam provado a proteção. E por que não, se tivemos exagerados superávits em conta corrente nos últimos 50 anos, que aliás só não foram maiores pela equivocada insistência de “escolher” os vencedores!

Países como a China e a Coréia, que em 1984 exportavam o mesmo valor que o Brasil, tiveram grande sucesso porque conseguiram ampliar continuamente as suas pautas com ênfase crescente dos manufaturados, como se vê no gráfico nº 1.

Gráfico 1: Exportação de Bens



Fontes: Secex, FMI, OMC, Bloomberg, Goldman-Sachs
 Elaboração: Idéias Consultoria

É preciso enfatizar que o crescimento industrial tem a característica de auto-estimular-se. O investimento no setor depende da “expectativa” da demanda futura, da taxa de retorno esperada, da disponibilidade de fundos internos e da taxa de juro real dos recursos externos à empresa. Quando há uma expansão rápida e as condições externas são adequadas, a geração interna de lucro financia boa parte do aumento de capital desejado e estimula as inovações e a incorporação de nova tecnologia. Quando murcha o crescimento tudo fica mais difícil, ainda muito mais quando ele ocorre por anos a fio. Apenas para lembrar, o crescimento do produto industrial entre 1940-80 foi da ordem de 8% ao ano. Em 1980-82 a taxa de retorno médio sobre o patrimônio líquido das 500 maiores sociedades anônimas instaladas no Brasil foi de 16%. Entre 1995-2002 ele foi pouco maior do que 4%. Só voltou a crescer depois de 2002. Entre 2002-06, está por volta de 13%, voltando a estimular os investimentos como estamos vendo.

Enfrentamos uma recessão dramática entre 1981-83, com uma queda do produto industrial da ordem de 5% ao ano, o que restabeleceu o equilíbrio do balanço em conta corrente. Não foi por virtude, mas por necessidade. A grande acumulação da dívida externa produzida pela importação do petróleo a partir de 1974 e a tremenda elevação dos juros internacionais a partir de 1979, juntamente com uma crise

mundial, já não permitia o seu financiamento. O fato importante é que entre 1984-86, o produto industrial voltou a crescer ‘a taxa de 8% ao ano.

Depois foi a tragédia. Os planos de estabilização fracassados e, infelizmente, mesmo com o Plano Real bem sucedido, o produto industrial cresceu nos últimos 20 anos (1987-2006) à taxa média de 1,0% ao ano e com enorme volatilidade. Reduziu-se a geração de recursos internos das empresas, tivemos a maior taxa de juro real do Mundo e as “expectativas” de demanda foram permanentemente abortadas pela política monetária apoiada na hipótese que o nosso produto “potencial” era de 3,5% e que qualquer tentativa de crescimento acima disso traria de volta a inflação.

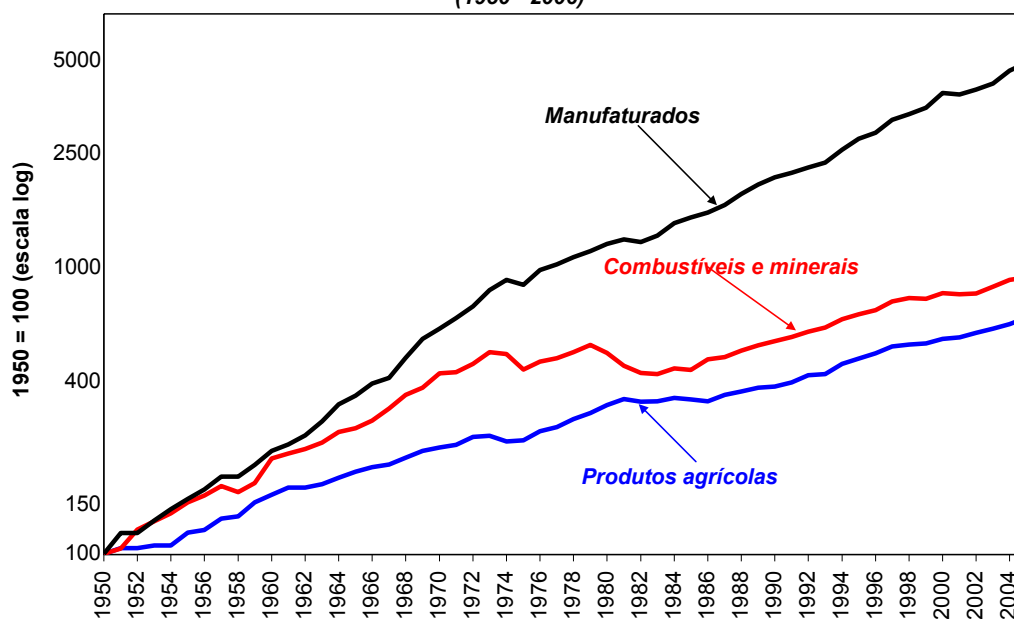
Uma das causas do pífio desempenho das exportações de manufaturados foi a dificuldade que o setor industrial enfrentou para acompanhar a competitividade dos demais países, principalmente os emergentes, cujos desempenhos daqueles produtos têm sido surpreendentes. As causas daquelas dificuldades foram principalmente:

1. o modesto desempenho da economia que não criou demanda interna;
2. a eliminação da estratégia de crescimento e de exportação;
3. a deterioração dos mecanismos criadores de novas vantagens comparativas com ingênuos argumentos sobre sua impossibilidade,
4. os congelamentos, supervalorizações e volatilidade do câmbio nos últimos 20 anos;
5. a queda dos investimentos públicos na infra-estrutura que aumentou o “custo Brasil”.

O fraco desempenho exportador foi certamente um inibidor da evolução maior do PIB real. É verdade que o país enfrentou a grave questão da inflação crescente entre 1985-95 e a deterioração dos fundamentos econômicos na década seguinte. Mas foram estas dificuldades conseqüências da conjuntura interna e externa ou também e, principalmente, dos equívocos da política econômica? No início da década 1985-95 a inflação era alta, mas, basicamente produzida pela indexação e se elevou de forma impressionante a partir de 1987 na seqüência dos planos de estabilização mal sucedidos. A piora dos fundamentos existentes da década seguinte, principalmente até 1998, decorreu de equívocos da política econômica: valorização do real, contínuos déficits em conta corrente, juros reais elevados, aumento incontrolado das despesas públicas, da carga tributária e da dívida pública que terminaram nas crises cambiais de 1998 e de 2002 que nos levaram ao FMI.

Um retrospecto da história econômica do Brasil sugere que a tese de Thirlwall faz algum sentido. No período de substituição de importações o crescimento do produto foi maior do que o permitido pelo das exportações. Substituir importação, entretanto, nunca foi uma política com racionalidade interna. Foi sempre o último e desesperado

Gráfico 2: Volume das Exportações Mundiais por Categoria (1950 - 2006)



Fonte: OMC
Elaboração: Idéias Consultoria

esforço para tentar reduzir a elasticidade-renda e tentar acomodar a falta de divisas quando o financiamento do déficit ficava mais difícil. Na década 1965-75, quando a exportação física teve bom desempenho em comparação com a do mundo, ela foi acompanhada por uma liberação das importações. O país enfrentou a enorme dificuldade cambial de 1974-83 causada pela dependência quase total do petróleo importado, com um aumento da restrição às importações, mas com forte apoio às exportações. A taxa de expansão do PIB mundial teve uma queda em relação à década anterior e a do Brasil a acompanhou. Mas nossas exportações cresceram o dobro das mundiais, com se viu na tabela nº 1.

Pesquisas empíricas desenvolvidas para verificar o ajustamento do modelo da restrição externa ao caso brasileiro indicam que não se pode rejeitar a sua relevância.

Estudos coordenados pelo prof. Gilberto Tadeu Lima da FEA-USP, utilizando estatísticas anuais de 1930 a 2004, mostram que³:

1. no longo prazo existe uma cointegração entre PIB e exportações. Outras variáveis como relações de troca e componente financeira não são significantes, e
2. no ajustamento de curto prazo, a renda é a única variável que se move para retornar ao equilíbrio de longo prazo.

O COMÉRCIO MUNDIAL E O BRASIL

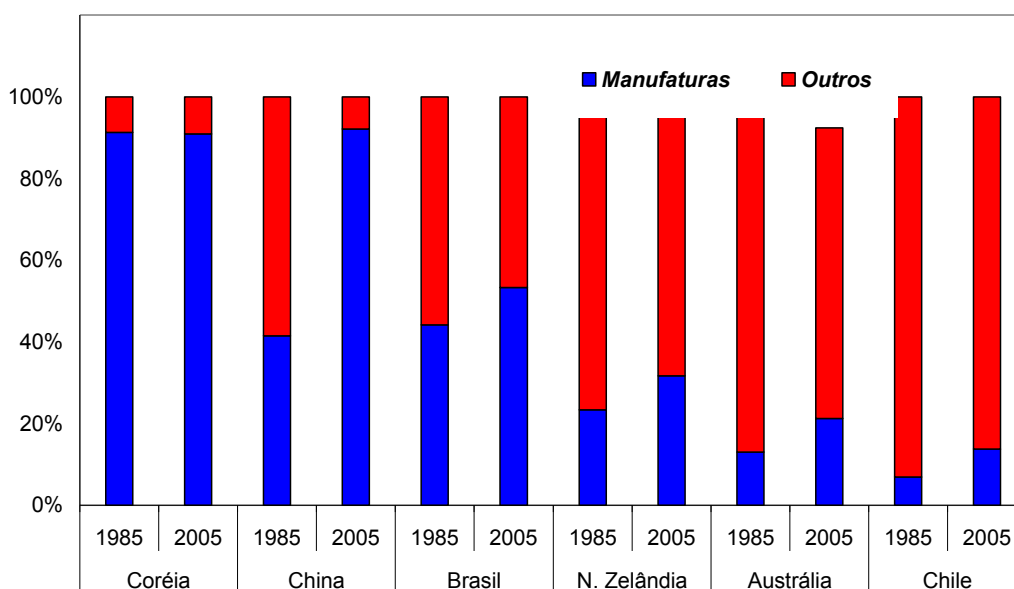
O crescimento do comércio mundial é dominado pelos manufaturados. Dados da OMC indicam, para o período 1950-2005, que as exportações de manufaturados cresceram a uma taxa 8 vezes maior que a do crescimento do PIB, enquanto as de produtos agrícolas cresceram praticamente iguais ao PIB e os combustíveis e minerais ligeiramente acima do PIB (1,3). Tão importante quanto esse fato, é a tendência à redução da taxa de crescimento das exportações agrícolas e de combustíveis e minerais que se vê no gráfico. É uma simples manifestação da velha lei de Engel (que foi incorporada à “teoria” da Cepal) e vista no gráfico nº 2.

A estratégia de longo prazo de um país em desenvolvimento com a dimensão física e demográfica do Brasil deveria, portanto, ser a de continuar a participar de forma ativa do mercado de manufaturados e, entre estes, dos produtos que apresentam maior elasticidade, que são os que incorporam tecnologias mais avançadas e complexas, como se procurou fazer entre 1967-84. E foi o que fizeram primeiro a Coréia e depois a China como se vê no gráfico nº 3.

³ Entre os trabalhos do grupo ver: Lima, G. T. e Carvalho, V. R. S.: “Macrodinâmica do Produto e da Renda sob Restrição Externa – A Experiência Brasileira no Período 1930-2004”, mimeo, 2006.

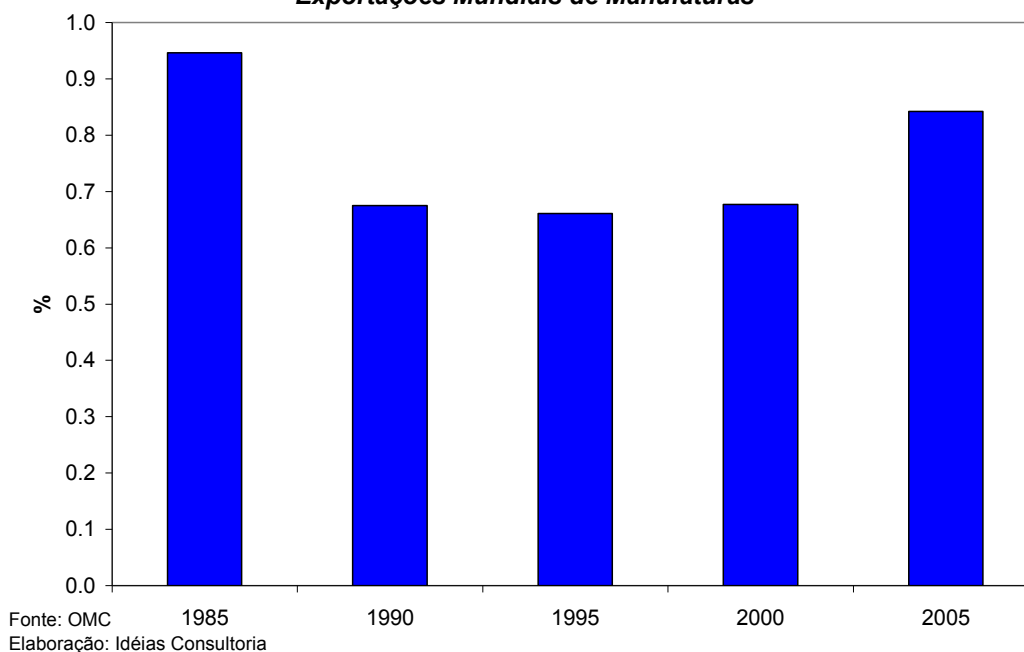
O desempenho do Brasil nos últimos 20 anos tem sido muito aquém das suas possibilidades: a participação em valor de suas exportações de manufaturados sobre o mundo encontra-se estagnada. Enquanto a nossa exportação total tem participação ao redor de 1,2% a de manufaturados não chega a 1% do total mundial, como se vê no gráfico nº 4. E se continuarmos a insistir em políticas econômicas e sociais que levam ao aumento da relação salário/câmbio sem cuidar do “custo Brasil” (ou seja, da melhoria da infra-estrutura) vamos continuar, na melhor das hipóteses, no mesmo lugar.

Gráfico 3: Participação dos Produtos nas Exportações - 1985 e 2005



Fonte: OMC
Elaboração: Idéias Consultoria

Gráfico 4: Participação do Brasil nas Exportações Mundiais de Manufaturas



CONCLUSÃO

A moda hoje (produto de pretendida racionalidade econômica) é continuar a concentrar todo nosso esforço exportador nos recursos naturais: agricultura e minério. Repetiríamos, de acordo com tal estratégia, o sucesso da Austrália, da Nova Zelândia e do Chile, ampliando nossa participação naqueles mercados. É verdade que a conjuntura internacional tem sido bastante favorável àqueles países cujos produtos enfrentam forte demanda e preços crescentes, mas não é menos verdade que eles têm feito muito pouco progresso nas exportações de industrializados, como se vê no gráfico nº 3. Aliás, a Austrália e a Nova Zelândia têm crescido nos últimos 20 anos à modestas taxas de 3,2% e 2,7% e, mesmo assim, com déficits em conta corrente que foram de 5,4% e 8,8% do PIB em 2006, respectivamente. A continuidade do financiamento de tais déficits decorre da sua extração “anglo-saxã”, o que, certamente, não é o caso brasileiro, como insistimos em não aprender.

O Brasil “deveria” dedicar-se à produção e exportação de “commodities”, participando da “científica divisão do trabalho” sugerida enfaticamente pela OMC: “para a China a indústria, para a Índia os serviços e para o Brasil os produtos agrícolas e minerais”. Não há dúvida que devemos aproveitar plenamente as atuais condições favoráveis para a agricultura e mineração. É preciso, entretanto, e no

entretanto, ter uma estratégia bem definida para o desenvolvimento industrial e para a exportação de seus produtos, levando em conta, principalmente, a fragmentação geográfica das empresas multinacionais e a enorme importância do comércio intra-indústria na exportação. Se o Brasil não o fizer, nossos concorrentes o farão, como, aliás, já vêm fazendo. No longo prazo (quando o atual ciclo se acalmar) é a demanda destes bens que vai crescer mais do que a dos outros no comércio mundial e é isso que vai garantir a crescente receita de divisas capaz de sustentar o crescimento sem endividamento.

O Brasil, felizmente, sempre será um fornecedor importante de “commodities”, mas infelizmente, isto não será suficiente para sustentar o robusto crescimento econômico e social que desejamos. Nada contra, pelo contrário, tudo a favor do aumento da produtividade e das exportações dos setores agrícola e mineral.

Deveria ser evidente, entretanto, que isso não será capaz de sustentar o equilíbrio externo de um país que não quer mais endividar-se e que em 2030, na próxima geração, terá em torno de 240 milhões de habitantes e ambiciona e precisa crescer de 7% a 8% ao ano para resolver seus problemas sociais. É disto que se trata. Nosso paradigma tem que ser construído internamente com nossas condições e necessidades objetivas. Ele não pode ser o da Austrália, do Chile, ou da Nova Zelândia, que terão em 2030, respectivamente, algo como 25 milhões, 20 milhões e 5 milhões de habitantes. Lamentavelmente, é isso que parecem aceitar os formuladores da nossa política econômica, apoiados no que supõem ser a “ciência” econômica. Importemos daqueles países suas eventuais virtudes fiscais e monetárias. Não esqueçamos, porém, que até 2030 teremos que construir um mercado interno amplo e eficiente para dar ocupação e renda decentes à nossa força de trabalho (população em idade ativa) e, que, então, não será muito menor do que 160 milhões de cidadãos.

É para responder a tal problema que está ameaçando o futuro da sociedade brasileira que devem servir os economistas, que hoje preferem praticar entre si elegantes e abstratos jogos de salão na busca de reconhecimento por seus próprios pares.

Esqueceram o que deles espera o Brasil de carne e osso. Aquele mesmo que financiou a sua formação aqui e lá fora na esperança de que o ajudaria a superar o desafio do imprescindível desenvolvimento econômico sustentável com equilíbrio interno e externo e maior justiça social.